

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA E SUA QUALIDADE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Technical professional education and its quality in the public education system

Jailson Alcindo Dias¹³

Introdução

A pesquisa surge de uma situação hipotética sobre uma baixa qualidade na formação profissional, uma vez que, o curso técnico profissionalizante pode ser considerado como o meio mais curto do sujeito para ocupar uma função social. Esse estudo foi realizado no período diurno no Centro Territorial de Educação Profissional de Itaparica – CETEPI, localizado no município de Paulo Afonso, no Estado da Bahia.

Nesta investigação, tendo o processo preparatório do educando para o mercado de trabalho como uma relevância prioritária, tem como finalidade medir a qualidade educacional referente ao ensino público, a partir do grau de satisfação dos estudantes do curso técnico profissionalizante na última etapa da educação básica. As análises estão relacionadas às condições infraestruturais do estabelecimento público de ensino e aos procedimentos metodológicos dos docentes das disciplinas específicas.

O estudo aborda a importância da educação profissional e a sua qualidade de ensino votado para a economia brasileira, contando com dados recente do Censo Escolar da Educação Básica pautados aos números de matrículas. Esta pesquisa descreve um processo histórico do ensino profissionalizante, ressaltando a relevância da formação profissional ao mercado de trabalho nos dias atuais, destacando a infraestrutura escolar e a qualidade do ensino docente para o desenvolvimento eficaz do educando, tendo como base as análises dos resultados no Centro Territorial de Educação Profissional de Itaparica – CETEPI. Foi nesse contexto que os autores como Frigotto (2006, 2008), Gramsci (1982), Saviani (2007, 2011), Manacorda (2007) e Libâneo (1984, 2002) destacaram nas questões sobre os assuntos relacionados nesta pesquisa.

Com relação ao do tema, Frigotto (2006, 2007/2008), destaca através de materiais históricos uma compreensão dos processos sociais e educativos durante as duas últimas décadas do século passado, facilitando assim, um melhor entendimento da origem da ampliação do ensino médio técnico no país e da divisão da educação profissional. Contudo, o

¹³jal.dias2@gmail.com

autor descreve como a visão produtivista está focalizada no conceito mercadológico o qual a educação é arquitetada pela classe dominante.

De acordo com Gramsci (1982), o grupo social dominante utiliza a escola como uma ferramenta na preparação e ocupação do ser humano em vários níveis sociais. Segundo ele, o desempenho intelectual pode ser avaliado pelo número de escolas especializadas e pela sua categoria.

Por sua vez, Saviani (2007, 2011), aponta a pedagogia como o fator principal para o procedimento eficaz do desenvolvimento pleno do ser humano. O autor aponta o saber metódico como domínio de uma classe privilegiada dominante e sinaliza a escola como função social na elaboração do saber, através do processo de transmissão e assimilação dos conteúdos aplicados no ambiente escolar, diferenciando assim da produção do saber, ou seja, não adquirindo o conhecimento pelo sobre determinado assunto, mas somente de forma superficial.

Manacorda (2007), destaca alguns dos pontos principais da ideologia marxista a formação e emancipação do ser humano como sujeito social, além disto, segundo ele, para que haja prática de associações trabalhistas, é fundamental que as escolas, principalmente as tecnológicas, contribua para a onilateralidade do indivíduo.

O autor Libâneo (2002), ressalta que, a escolha de técnicas de ensino e avaliação feita por alguns dos docentes é uma reprodução do modelo aplicado do seu processo estudantil, ou ainda elaborada de forma empírica, observando as aulas transmitidas pelos seus pares mais experientes e reproduzindo de forma semelhante.

A educação profissional brasileira e a qualidade de ensino relacionado ao mercado de trabalho

No Brasil, a educação profissional técnica tem sido teoricamente uma das soluções para o preenchimento imediato, com curta duração para a formação do profissional, oferecendo aos seus estudantes a aptidão necessária para exercer função qualificada e indispensável ao mercado de trabalho.

Visto a carência de mão de obra especializada no país, o número de matrículas em cursos profissionalizantes em 2016, segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, foi 1,9 milhão, sendo que 59% são da rede pública de ensino, um acréscimo de 5,1% em relação ao ano anterior e de 61% em referente ao ano de 2008. De acordo com essa pesquisa, a educação profissional na rede privada teve uma queda de 12,6% nas matrículas no ano de 2015, fazendo com que a rede pública expandisse em 7,5% em 2016.

Contudo, a contratação de docentes em algumas desses estabelecimentos educacionais, durante a etapa do processo seletivo, é exigido apenas uma formação superior na área específica, o que conduz uma reflexão sobre o processo qualitativo na formação humana e profissional do sujeito ao mercado de trabalho.

As escolas onde cursos técnicos profissionalizante, no sistema educacional de ensino público, têm como desafio, além de apresentar condições infraestruturais compatíveis aos cursos democraticamente ofertados, garantir a sua qualidade no processo de ensino. No entanto, faz-se necessário que os professores, nesses estabelecimentos técnico-educacionais, estejam constantemente atualizados, adequando o espaço para reflexão para que possam conduzir os discentes não só profissionalmente, desenvolvendo o conteúdo específico na prática, mas a estarem qualitativamente preparados às demandas sociais.

Apesar do aumento no ingresso dos estudantes nos cursos profissionalizantes, no mercado profissional, não há lugar para todos, porém o diploma é um dos requisitos obrigatórios para o egresso para o trabalho formal, cada vez mais especializado. Isto mostra que no Brasil, a população está mais instruída educacionalmente, no entanto com uma menor garantia de estabilidade na ocupação profissional. Para Frigotto (2007), isso tem haver com o capitalismo pós-moderno tardio no país, onde os grupos menos favorecidos são praticamente recusados da sua função social e conduzidos a pensarem que são eles os responsáveis pelas próprias exclusões.

O processo histórico da educação profissional no Brasil

Historicamente a educação profissional no Brasil, segundo Escott e Moraes (2012, p.2), nasce no final da primeira década do século XIX, com a criação do Colégio das Fabricas. Durante os períodos anteriores a República (Colonial e Imperial), predominava a educação introdutória direcionada as elites.

Com a revolução industrial moderna no Brasil, na virada do século passado com a cultura do café e posteriormente na década de 1940 com a criação de empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia Vale do Rio Doce, a educação que era um privilégio da classe elitista passa a ter caráter universal, segundo Manacorda (2007, p.123), é nesse novo ciclo que a escola, através do Estado, abrange a sociedade de forma plena e não mais dedicada apenas a um grupo específico. No entanto, o resultado agressivo imposto pelo poder constituído ditatorial e seguido por um projeto político-econômico há mais de vinte anos (1940-1964), demonstrou o distanciamento explícito entre o proletariado e a classe dominante.

A educação profissional, a partir do golpe de 1964 (regime que trouxe com consigo o protecionismo econômico e da prática para soluções imediatas para o desenvolvimento do país), seguiu com um pensamento educacional de ensino votado à produção e formação do proletariado. Segundo Frigotto (2007), essa repetição da unilateralidade do ser humano, substituiu a educação emancipadora freireana pelo programa: Movimento de Alfabetização de Adultos – MOBREAL direcionada a pedagogia do mercado e a profissionalização obrigatória do ensino médio e a formação técnico-profissional concretizado como um adestramento humano para o trabalho, além disto, a pedagogia do sistema “S”, tendo como ênfase no SENAI, foi congregada como política governamental, fazendo com que essa pedagogia do capital ingressasse no âmbito educacional brasileiro.

As transformações significativas no campo educacional brasileiro ganham força a partir da década de 1970, de acordo com Dore (2006, p.332), a escola passou a ser vista com um “aparelho ideológico do Estado”, representando um ambiente de repressão da liberdade e da propagação de idéias, o qual não se permitia críticas ao modelo capitalista.

Com o fim do regime militar, o Brasil transita por uma democratização social, com o advento da Constituição promulgada de 1988. A política neoliberal e globalista fizeram com que os avanços tecnológicos emergentes estendessem o desemprego no território nacional, porém, mesmo com a nova LDB 9394 de 1996, o retorno do ensino educacional do país direcionada a uma atenção mais focalizada no dualismo técnico-educacional e humanista, somente através do Decreto nº 2.208/97, o qual alterou boa parte dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

De acordo com Oliveira (2015, p.23), foram os CEFETs os responsáveis pela elaboração do conceito de educação tecnológica e tiveram como fundamentos o marxismo gramsciano, aglomerando questões como: a conexão da teoria com a prática; o desenvolvimento omnilateral do ser humano; a contemplação da escola unitária, o qual não firmando apenas na produtividade, mas também no fator político; concepções educativas fundamentadas na cultura, entre outros.

Segundo Frigotto (2007, p 1140), o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, instituído na década de 1990, em sua maioria, não dispõe condições necessárias para o desenvolvimento social e profissional do sujeito ao mercado de trabalho, muito menos a sua independência cívica e formação histórico-crítico, pois, a maior parte é necessita de fundamentos técnico-científicos e cultural, aplicada à área de humanas.

No ano de 2011 foi criado pelo Governo Federal, através da Lei 12.513, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), tendo como objetivo ampliar a

educação técnico-profissional no território brasileiro, estendendo mais oportunidades aos jovens de famílias vinculadas à programa sociais. De acordo com o MEC, os três primeiros anos da criação do programa, foram realizadas 8,1 milhões de matrículas em mais de 4 mil municípios.

É perceptível que com o passar dos anos, a educação profissional ganha uma atenção significativa dentro do processo produtivo da economia nacional. Pois, durante esse percurso, a evolução do pensamento autônomo e crítico do sujeito, praticamente desenvolvido no ensino médio, procura reduzir cada vez mais o dualismo escolar com o intuito de oferecer um “novo ser humano” ao mercado de trabalho.

A importância da formação profissional técnica para o mercado de trabalho na Era Hodierna

Com o avanço tecnológico, o contingente de pessoas no mercado de trabalho se torna cada vez mais escasso, o que leva a uma exigência maior e necessária de profissionais qualificados para ocupar determinadas funções específicas.

Uma pesquisa feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, mostra que a taxa de desemprego cresceu nas regiões metropolitanas pesquisadas (Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Paulo), entre os anos de 2015 e 2016, o nível ocupacional apresentou um declínio de (- 17,9%) , o desempenho negativo apresentado: na Indústria (-54,18% ou -245,63 mil postos); na Construção Civil (-31,5% ou -94 mil postos); no Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-15,2% ou -124 mil postos); no setor de Serviços (-12,2% ou -185 mil postos). Os dados apresentados chamam a atenção, visto que, quanto mais vagas são ofertadas para cursos profissionalizantes, menos espaço ocupacional existe para os futuros profissionais.

De acordo com Frigotto (2007, p. 530), o discurso existente de uma carência de “mão de obra qualificada” no mercado brasileiro, apresentado nos canais midiáticos, por especialistas, empresários, entre outros, está equivocado devido a universalização da escola básica, tendo como ênfase aqui o ensino médio votado a educação profissional técnica.

Já Manzano (2015), descreve que apesar da política de educação profissional brasileira ampliar na última década, na formação de pessoas aptas ao mercado de trabalho, essas ofertas (cursos gratuitos acordados entre o MEC e o Sistema S) são destinadas na preparação do indivíduo ao “trabalho de pouca valia”, devido à oscilação entre a demanda de mão de obra qualificada e a oferta do mercado.

Diante do globalismo, os constantes avanços tecnológicos passam a direcionar o mercado de trabalho às variáveis mudanças e com maior velocidade, fazendo com que o profissional seja flexível às adaptações profissionais e habilitado às mudanças (novas tecnologias), se enquadrando, assim, no curto espaço de tempo às exigências mercadológicas. Conforme Corrêa (2006), na cultura do trabalho, a reforma durante o processo produtivo é a principal causa pela divisão e desigualdade, tendo como desafios: o contingente de pessoas a serem contratadas para o quadro ocupacional e o setor informal emergente, ocasionado pela aceleração da crise social junto com o declínio da população economicamente ativa além do aumento dos inativos em idade produtiva.

Outro caso que deve ser ressaltado aqui é o papel político-econômico, o qual tem uma importância significativa, devido aos tributos aplicados pelo Estado às empresas e as demandas de consumo variantes na sociedade.

O dualismo escolar serviu para distanciar ainda mais os donos dos meios de produção da operaria, pois para as classes menos favorecidas, o ingresso mais rápido ao mercado de trabalho passa a ser o objetivo prioritário, e pra isso os cursos técnicos profissionalizantes passam a ser fundamental neste processo de ensino. Em contra partida, a classe hegemônica passa mais tempo nas instituições de ensino, pois tem mais tempo disponível para os estudos e para objetivar cargos mais elevados como: chefia, direção, executivo de grandes empresas entre outros.

Atualmente a educação profissional é um dos fatores mais relevante para a empregabilidade no país, visto que, o ingresso do sujeito a essa modalidade de educação, não está vinculada basicamente a aprender algo novo, mas pelo fato que o acesso deste indivíduo no mercado de trabalho fica cada vez mais restrito. Conforme o Censo Escolar do Ensino Médio de 2016 há um quantitativo emergente para o número de matrículas, principalmente na rede pública. Porém, do ponto de vista qualitativo, pode-se dizer que a escola não necessariamente tem a função de qualificar o sujeito, mas oferece a ele uma autorização formal para exercer determinadas atividades específicas.

Segundo Frigotto (2008), o atual mercado de trabalho não dispõe de espaço ocupacional a todos, mas somente aqueles que estejam adaptados as aptidões técnico-científicas, culturais e eficazes, ou seja, as qualificações desejáveis que o “novo” cidadão produtivo precisa ter. Em uma análise gramsciana, a respeito das necessidades específicas e atualizadas para o profissional (devido às exigidas mercadológicas e a expansão das novas tecnologias), descreve que a qualificação do trabalhador pós-moderno é de fundamental importância para suprir a vacância no processo produtivo e sócio-econômico.

Contudo, há uma necessidade que o trabalhador tenha consciência da alienação desenvolvida durante o processo prático trabalhista; e compreensão do sistema persuasivo e hegemônico do capital, o qual se torna impróprio para o procedimento evolutivo do ser humano.

De forma genérica, a educação profissional tem uma grande relevância à sociedade, não apenas pelo progresso econômico do país, mas também pelo processo de humanização do indivíduo. Pois, além de contribuir para o desenvolvimento do sujeito, ela também tem a função de incluir a classe menos favorecida, readaptando aquelas pessoas teoricamente exclusas do sistema produtivo, para inseri-las dentro do contexto social.

A relevância da infraestrutura escolar e a qualidade docente para o desenvolvimento eficaz do educando

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu Artigo 4º, no inciso IX, diz que é dever do Estado oferecer um ensino de qualidade ao aluno durante o seu processo de aprendizagem. A partir dessa orientação, pode-se dizer que para que haja sucesso na formação do aluno, os aspectos infraestruturais da escola e a qualidade do ensino aplicado pelo professor são alguns dos fatores que contribuem para esse desenvolvimento discente.

As condições infraestruturais, de um estabelecimento de ensino, têm um alcance expressivo no processo de aprendizagem, este foi o resultado de uma pesquisa feita, em 2011, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Segundo este estudo com as escolas latino-americanas, 88% não possuía laboratórios; 73% não tinham refeitório; 65% não apresentavam sala de informática; 40% não continham bibliotecas entre outros.

No entanto, uma pesquisa feita (com notas de 0 a 10) pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, em 2014, com alunos e ex-alunos do ensino técnico-profissional, sobre a avaliação da instituição de ensino profissionalizante, os quais freqüentaram, aponta que na rede pública de ensino, a estrutura física da escola obteve nota 8,64 e o nível dos professores obteve nota 8,71.

Porém, segundo Libâneo (2002), o ensino só passa a existir quando os estudantes desenvolverem suas próprias capacidades e habilidades, pois se eles não assimilarem os conteúdos à prática, dificilmente se tornaram sujeitos ativos da própria aprendizagem. Pois, cabe ao professor dirigir a sala de aula, proporcionando aos seus alunos condições e incentivo para o desenvolvimento desse aprendizado. Na educação profissional, o papel do docente,

especialmente nas disciplinas específicas, tem uma significância importante no processo de formação desses alunos.

Conforme Saviani (2007), a relação de trabalho e educação na última etapa da educação básica, deve ser ajustada de forma direta, pois a escola de nível médio tem a função de resgatar a relação entre a teoria e a prática, não aplicando o conhecimento de maneira superficial e generalizando os conteúdos, mas envolver um domínio teórico-prático que possibilite aos estudantes o saber dentro do processo produtivo.

Considerando que alguns desses professores não possuem a licenciatura na sua formação profissional, o que leva a entender que o processo de ensino em alguns casos pode existir uma carência didática no desenvolvimento da aula. Seguindo esse pensamento, pode-se dizer que o dualismo escolar ainda está hipoteticamente presente na educação brasileira, e no mercado de trabalho, pois, a alienação humana e a percepção unilateral ainda perduram culturalmente na sociedade.

Para Manacorda (2007, p.138), a escola tem obrigação de educar o estudante à sua autonomia, preservando as características omnilateral marxiana, de modo que ele possa se preparar por completo para o convívio social. Segundo Pacheco (2002), a compreensão entre a educação e o trabalho, não equivale a aprender na prática, ou formação para o mercado profissional. Pois, o princípio educativo está relacionado ao ser humano como sujeito elaborador de sua realidade, fazendo com que ele se adapte a ela com possibilidade de modificá-la.

Para que o educando progrida de maneira eficaz, durante seu processo de formação, se faz necessário um ambiente favorável, que lhe dê condições mais próximas da realidade (o que o mercado oferece) e que o professor, além de instruir tecnicamente, o direcione de forma crítica e amplie sua visão de mundo, no entanto, é plausível que haja uma satisfação discente, mesmo que ele adquira seu conhecimento de modo superficial e mecanizado.

Análises dos resultados no Centro Territorial de Educação Profissional de Itaparica – CETEPI

Esse estudo está relacionado à satisfação dos estudantes com a qualidade de ensino ofertado pela escola pública. A pesquisa, realizada no CETEPI, tem como seu público-alvo, 100 (cem) alunos do 1º ao 4º ano da educação profissional, dos turnos matutino e vespertino, com faixa etária de 14 aos 21 anos do sexo masculino e feminino.

Nesta pesquisa, a satisfação destes estudantes com a metodologia utilizada pelos professores das disciplinas específicas, foi dividida entre as aulas teóricas e as aulas práticas.

De acordo com os resultados, 20% desses alunos estão satisfeitos com as aulas teóricas, enquanto 50% apresentam insatisfação com as aulas práticas.

Quanto à metodologia pelos professores das disciplinas técnicas, 55% aponta que só alguns professores utilizam métodos adequados.

Em relação às expectativas ao mercado de trabalho, 25% acham péssimas, enquanto 35% têm boas perspectivas, e 35% acham regular. O restante (5%) não soube responder.

O índice de insatisfação com relação à infraestrutura do CETEPI e ao curso o qual estão freqüentando, mostra que 60% para os alunos do 4º ano, já o 3º e o 2º apresenta 50%, enquanto o 1º ano indica 25%.

Os dados mostram que os alunos participantes desta pesquisa, apresentam uma emergente insatisfação com o curso a partir do 2º ano. Apesar, dos dados mostrarem que mais da metade dos entrevistados consideraram a metodologia, aplicada pelos professores das matérias específicas, apropriada para os cursos, o descontentamento com as instalações físicas juntamente com o curso freqüentado passa a ser significativo. Com isto, menos da metade dos entrevistados apresentaram boas perspectivas para o mercado de trabalho.

Considerações finais

A proposta desta pesquisa foi analisar, através da visão dos próprios estudantes, as condições atuais da educação profissional técnica na rede pública de ensino e a sua relação com o mundo do trabalho, por meio do nível de satisfação dos alunos aos métodos dos docentes das disciplinas específicas e as condições infraestruturais da sua escola.

Esse estudo mostrou que, atualmente, a educação profissional apresenta grande importância para a economia nacional, e pra isso, se faz necessário um ensino público de qualidade, que dê ao educando condições adequadas para que ele possa está apto a exercer a sua função social.

Segundo os entrevistados desta pesquisa, há poucas esperanças ao mercado de trabalho. Essa precária expectativa pode ter como um dos fatores a atual situação econômica do país e está relacionada à alta taxa de desemprego mostrado pelo DIEESE aqui nesta pesquisa, porém, não pode ser desconsiderado o ambiente educacional no qual o estudante esta inserido. Pois, a baixa insatisfação com as aulas teóricas e práticas, também precisa estar interligada com a humanização e a cultura, o qual possibilite aos estudantes um preparo não só para o mercado de trabalho, mas também uma visão holística de mundo, através do pensamento crítico.

Sendo assim, esse estudo apresenta a baixa qualidade na formação profissional dos estudantes da rede pública de ensino, porém para que possa ter um resultado mais preciso se faz necessário um trabalho mais amplo nas escolas públicas de educação profissional no país, pois esse resultado apresenta apenas uma amostragem local, contudo é preciso reconhecer os possíveis erros administrativos e docentes e passar a trabalhar para uma boa qualificação do sujeito ao mercado competitivo.

Referências

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Do físico à física: infraestrutura escolar e resultados educacionais na América Latina**. 2011. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2011-10-18/infraestrutura-escolar-e-reducacionais-america-latina,9615.html>> Acesso em: abr. 2017.

BRASIL. **Lei 9.394 de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: abr. 2017.

_____. **Lei 12.513 de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112513.htm> Acesso em: abr. 2017

CNI-IBOPE. Confederação Nacional da Indústria. **Retratos da sociedade brasileira: educação profissional**. Brasília, DF. CNI, 2014

CORRÊA, V.. A nova cultura do trabalho: subjetividades e novas identidades dos trabalhadores. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura do mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Inep, 2006, p. 237-258.

DIEESE. Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. **Taxa de desemprego registra comportamento relativamente estável na maioria das regiões**. 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2016/201612pedsintmet.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

DORE, R. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. **Caderno CEDES**, v. 26, n.º 70, p. 329-352, 2006.

ESCOTT, C.M. MORAES, M.A. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**, 9, João Pessoa, 2012, Anais, SNEP, p. 1492-1508, 2012.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, v. 28, n.º 100, p. 1129-1152, 2007.

_____. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n.º 3, p. 521-536, 2008.

GRAMISCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da cultura**. 4º ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S.A, 1982.

INEP. **Censo escolar 2016**: notas estatísticas.2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf. > Acesso em: abr. 2017.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**: velhos e novos temas. Goiânia, GO: Edição do Autor.2002.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Alénea, 2007.

MANZANO, M. (org.). **Mapa da educação profissional tecnológica**: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília, DF: CGEE,2015,

OLIVEIRA, M.A.M.**Políticas públicas para o ensino profissional**: o processo de desmantelamento dos CEFETs. Campinas, SP. Papyrus, 2015.

PACHECO, E. (Org.). **Perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília, DF. Setec/MEC, 2012.

SAVIANI, D.. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11º ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2001.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos.**Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n.º 34, p. 152-180.2007

RESUMO

O presente artigo é uma investigação sobre a educação profissional de ensino médio no ensino público e seus possíveis impactos na economia nacional. Este trabalho tem como objetivo analisar os níveis de satisfação dos alunos sobre a qualidade do ensino docente, as condições estruturais do seu estabelecimento de ensino e suas perspectivas em relação à empregabilidade. Esse estudo foi realizado no Centro Territorial de Educação Profissional de Itaparica – CETEPI, no município de Paulo Afonso - Bahia. Os sujeitos dessa pesquisa foram 100 (cem) estudantes deste estabelecimento de ensino (do 1º ao 4º ano). Os resultados apresentados proporcionam algumas reflexões sobre o momento socioeconômico do país bem como o processo de desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Educação profissional. Empregabilidade. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT

This article is an investigation about high school professional education in public education and its possible impacts on the national economy. This study aims to analyze the levels of student satisfaction on the quality of teaching teaching, the structural conditions of its educational institution and its perspectives regarding employability. This study was carried out at the Territorial Center for Professional Education of Itaparica - CETEPI, in the city of Paulo Afonso - Bahia. The subjects of this research were 100 (one hundred) students of this educational institution (1st to 4th year). The results presented provide some reflections on the socioeconomic moment of the country as well as the process of human development.

Keywords: Professional education. Employability. Human development.